



BIBLIOTECONOMIA SOCIAL E DESCOLONIZAÇÃO DO SABER: A FORMAÇÃO DE ACERVOS DE BIBLIOTECAS COMO PRÁTICA DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Social librarianship and decolonization of knowledge: the formation of library collections as a practice of mediation of information

Carla Beatriz Marques Felipe, Universidade Federal do Rio de Janeiro -
felipecarla12@gmail.com

Patrícia Mallmann Souto Pereira, Universidade Federal do Rio de Janeiro -
patriciamall@facc.ufrj.br

1 INTRODUÇÃO

O propósito de existir da Biblioteconomia está relacionado a possibilitar o encontro da população com a informação, isto é, à mediação de informação para a população, qualquer que seja a natureza desta informação. A chamada Biblioteconomia social (crítica e progressista), enquanto corrente teórica e prática, tem se dedicado à construção de uma Biblioteconomia que se coloque politicamente ao lado da população e que esteja atenta às demandas e necessidades sociais de informação, tendo a mediação da informação, em uma perspectiva dialógica, como principal aliada.

As bibliotecas, especialmente as públicas, comunitárias/ populares e escolares, são espaços nos quais esse diálogo pode ser construído com a população em geral. E um dos aspectos centrais quando se pensa nesse diálogo possível entre uma biblioteca e uma comunidade ou população é a formação de seu acervo, pois a informação que estará disponível nesta biblioteca consiste na base para o início do diálogo. Quando se está formando um acervo já se está mediando informação, mesmo que de forma inconsciente, pois esta acontece em todas as atividades biblioteconômicas. Em muitas perspectivas, a Biblioteconomia no Brasil tem reconstruído a versão oficial da história e replicado os interesses das classes socioeconômicas mais altas, sendo que em grande parte os acervos de bibliotecas



contam a história dos colonizadores e não a história do povo brasileiro. Entendemos a importância da perspectiva decolonial na formação de acervos de bibliotecas.

As pesquisas acerca da descolonização no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação brasileira vêm ganhando força nos últimos anos. É possível perceber o crescente movimento por meio de identificação de eventos e publicações voltadas para a temática, como o evento intitulado “Decolonialidade e Ciência da Informação: veredas dialógicas”, realizado em outubro de 2020 e organizado por Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Os estudos na perspectiva de descolonização, versam sobre: estudos decoloniais da informação, da documentação e da comunicação; éticas decoloniais: arte, estética e literatura; identidades e pós-identidades (ARAÚJO et al., 2021); Biblioteconomia negra; competência em informação; mediação da informação e outros. Nesse contexto, a perspectiva da Biblioteconomia Social pode e deve contribuir para que as ações e pesquisas acerca da descolonização avancem na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Este trabalho tem como objetivo discutir a formação de acervos, especialmente de bibliotecas públicas, comunitárias/ populares e escolares, aproximando a discussão da Biblioteconomia social da perspectiva decolonial. Trata-se de um trabalho de discussão teórica e reflexiva. Pretende-se, em um segundo momento, ampliar a discussão, apresentando iniciativas brasileiras de acervos com essa perspectiva.

2 BIBLIOTECOMIA SOCIAL

A Biblioteconomia Social tem se construído ao redor do mundo como uma corrente de pensamento e de atuação prática com foco em direitos humanos e justiça social, e se posicionando contrária aos mecanismos de segregação, a partir do entendimento de uma Biblioteconomia que não seja isenta politicamente. Esse movimento se organiza, inclusive, através das mídias sociais e vem ganhando espaço. Civallero (2013, p. 156) pontua que “[...] lo que hace que un bibliotecario sea ‘progresista’ tiene que ver con el ejercicio comprometido de una profesión que debe



participar en la construcción colectiva de alternativas y propuesta de cambio y justicia social”.

Esta discussão não é recente, pois vem sendo reivindicada já desde a década de 1930, assim como em vários momentos históricos, com os Estados Unidos, especialmente na figura da American Library Association (ALA), como cenário central de debate (TANUS, 2022). No Brasil, a década de 1980 foi frutífera para uma discussão crítica e progressista da Biblioteconomia, mas esta perspectiva foi descontinuada (ALMEIDA JÚNIOR, 2015). No início do século XXI, o debate acerca de uma Biblioteconomia social, crítica e progressista, tendo os sujeitos sociais como razão de ser do trabalho com informação, foi retomado, com início nos Estados Unidos e África do Sul, mas tendo também o protagonismo de outros países da Europa e da América Latina (MALLMANN; FELIPE, 2021).

Tanus (2022, p. 433) pondera que a Biblioteconomia social, crítica e progressista considera “[...] discussões antes ignoradas e silenciadas [pela Biblioteconomia] como classe, raça, gênero e sexualidade”. Dessa forma, esse movimento possui como foco a mediação da informação para toda a população, respeitando suas características e particularidades, a fim de contribuir com a construção libertadora de conhecimento.

3 DESCOLONIZAÇÃO DO SABER

Decolonialidade surge a partir de estudos críticos acerca da predominância cultural e da produção de conhecimento que são predominantes em países que foram colonizados por países europeus. O pesquisador Aníbal Quijano torna-se pioneiro ao discutir o conceito de colonialidade dentro das Ciências Sociais.

O projeto da decolonialidade é uma concepção teórica e de práxis anticolonial e anti-imperialismo social, cultural, econômico e epistêmico impostos há mais de 500 anos pelo empreendimento expansionista dos povos do norte do globo terrestre – homens branco-cristão-burguês-machista-racistas – que se estabeleceu por meio das relações de poder, dominação e subalternização sob povos localizados ao “sul do globo terrestre” (SILVA, FLECHA, 2021, p.4).

Uma das formas de perpetuar a cultura imposta através da colonização é por meio da perpetuação do saber, onde somente o conhecimento que é produzido por



uma classe dominante é o que importa. Assim, é necessário encontrar meios nos quais a perpetuação do saber e da cultura deve ser voltada para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária. Para Marín (2009, p.129):

Saber é poder. Essa afirmação resume nossa premissa. O saber é um dos pontos de sustentação da dominação, em todos os territórios das atividades humanas. E, no processo atual da globalização, o domínio do saber tecnológico é simbolicamente determinante das relações de poder.

Nesse contexto, a descolonização do saber pode contribuir para que o poder de uma classe dominante ou países mais desenvolvidos, não seja imposto como o que é correto ou fundamental, tornando o conhecimento que é produzido em países menos desenvolvidos tão importante quanto em países desenvolvidos. Isto serve também para as classes sociais dentro dos próprios países subdesenvolvidos, onde ouve um apagamento da cultura negra e indígena, como exemplo.

Para Marín (2009), uma das formas de descolonizar o saber é disseminar o saber local, o saber que surge por meio da cultura e vivência de países subdesenvolvidos ou periféricos. Se faz necessário que esse conhecimento seja registrado e disseminado, para que assim uma ideia de que o que é produzido em países ou comunidades privilegiadas não seja imposto como um saber global.

4 FORMAÇÃO DE ACERVOS E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO COM O POVO E PARA O POVO

A formação de acervos de uma biblioteca pressupõe um conhecimento do público para o qual esta se destina (a comunidade, os usuários potenciais), assim como suas necessidades informacionais, culturais e mesmo de lazer. Já afirmava Vergueiro (1989, p. 30, grifo nosso) que:

Uma coleção, em seu desenvolvimento, deve levar em consideração as necessidades da comunidade de uma maneira mais ampla e não somente as do usuário real, pois a biblioteca, como uma **instituição essencialmente democrática** – principalmente pública –, **deve atender a todos os membros da comunidade no que diz respeito às suas necessidades informacionais**, e não a alguns poucos, que eventualmente por um motivo ou outro, já se encontram a utilizá-la.



Quando pensamos nas necessidades informacionais de uma comunidade, ou mesmo de uma sociedade, vale considerar essa perspectiva do ponto de vista dessa comunidade, incluindo suas referências históricas, políticas, culturais, vocabulares etc., conforme salienta Paulo Freire (1989), quando discute educação de adultos e bibliotecas populares. E para isso, “[...] é essencial que os profissionais procurem integrar-se à comunidade que estão atendendo, conhecendo suas carências e necessidades” (VERGUEIRO, 1988, p. 213).

Para Vergueiro (1988, p. 207), o trabalho do(a) bibliotecário(a) consiste “[...] em fazer-se o profissional de ponte entre uma informação registrada nos mais diversos suportes (impressos, audiovisuais etc.) e seu usuário potencial, a cujas necessidades os bibliotecários buscariam, teoricamente, atender da melhor forma possível”. No entanto, a responsabilidade social dos(as) bibliotecários(as) para com a população “[...] será devidamente equacionada quando esses profissionais conseguirem colocar-se como canais não mais entre as informações produzidas e um usuário potencial totalmente descaracterizado, mas entre estas informações e aquelas camadas da população que sempre foram mantidas afastadas delas” (VERGUEIRO, 1988, p. 212-213).

Paulo Freire (1989), se referindo a bibliotecas populares, como parte importante na educação popular, afirma que não existe neutralidade na formação de seu acervo e de suas atividades, pois sua concepção parte de uma intenção, tanto educacional como política, sendo que a biblioteca deve estar inserida no contexto dos educandos: “A forma como atua uma biblioteca popular, a constituição do seu acervo, as atividades que podem ser desenvolvidas no seu interior, e a partir dela [...], sobretudo, tudo isso tem que ver com uma certa política cultural. **Não há neutralidade aqui também**” (FREIRE, 1989, p. 21, grifo nosso).

Vergueiro (1988, p. 207) reforça essa ideia, salientando que “a biblioteconomia não é neutra ou simplesmente um conjunto de técnicas desvinculadas da sociedade em que ocorrem”. Segundo o autor, a ideia de a Biblioteconomia ser apolítica e neutra

[...] pode ser uma proposição sincera e bem intencionada, mas pode ser, também, uma maneira de utilizar bibliotecários, bibliotecas e centros de documentação como armas de controle, para depois afirmar que estes não têm absolutamente nada a ver com isso (VERGUEIRO, 1988, p. 212).



Ou seja, os acervos contam uma história, basta escolher que história será contada. Em concordância com Paulo Freire (1989, p. 21), “o Brasil [e a informação construída sobre ele] foi “inventado” de cima para baixo, autoritariamente. Precisamos reinventá-lo em outros termos”. Da mesma forma, Almeida Júnior (2015) argumenta que “cada acervo se constitui em um discurso único e diferenciado”. O autor ressalta que “os acervos das bibliotecas mantiveram e mantêm o registro oficial da história. Do mesmo modo, conserva um entendimento hegemônico de mundo, aquele voltado aos interesses das classes dominantes”. Salienta que as classes populares também constroem conhecimento, mas o conhecimento preservado e conservado é o tido como único, isto é, “[...] o conhecimento das elites, o conhecimento dos dominadores, o conhecimento dos excludentes” (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 133).

Sendo assim, a biblioteca passa a funcionar como um aparelho ideológico do Estado, pois mantém o discurso hegemônico que sustenta o capitalismo e a desigualdade social, através de seus acervos, de acordo com Silva e Silva (2010, p. 210):

[...] a biblioteca brasileira tem atuado como um aparelho ideológico do Estado reproduzindo as ideias da ideologia dominante. A grande maioria da população, por não ver traduzidos seus anseios cotidianos na biblioteca, não a visualiza como uma instituição socialmente útil.

Os autores concordam que historicamente as bibliotecas brasileiras são voltadas para uma elite, tornando-as distantes da maioria da população, que realmente precisa de informações e assistência. Isso porque “[...] a atuação política, social, educativa, cultural, pedagógica e administrativa da biblioteca tem ponderado a consagração da ideologia dominante (SILVA; SILVA, 2010, p. 24-25).

No entanto, esse discurso construído pelo acervo de uma biblioteca acontece mesmo que de forma não intencional ou consciente pelos(as) bibliotecários(as). Assim, a mediação de informação consciente (ALMEIDA JÚNIOR, 2018) pode se configurar na base para um acervo descolonizado.

Perrotti e Pieruccini (2014, p. 18) destacam três paradigmas em relação às bibliotecas, enquanto dispositivos de informação e cultura: da “conservação”, da “difusão” e da “apropriação cultural”; frisam que este último “[...] está diretamente



relacionado à noção de mediação, tomada como objeto autônomo, ato afirmativo de significação [...]”. O primeiro paradigma está relacionado às bibliotecas como guarda de conhecimento, o segundo ao momento em que o acesso à cultura passa a ser referendado e o terceiro reflete o momento atual, em que se depreende a necessidade do processo consciente de mediação para que se efetive o de apropriação.

Apesar da visão paradigmática das bibliotecas como dispositivos de apropriação cultural, Almeida Júnior (2018, p. 17) destaca que, ainda atualmente, “a disseminação [da informação] é entendida hegemonicamente na área como o serviço fim, como o último momento das ações e atividades desenvolvidas pelos profissionais da Biblioteconomia”, assim como se constituindo no acesso físico à informação. Porém, como evidencia o autor, falta nesse processo a apropriação, que exige a necessária participação do usuário, assim como a mediação e sua percepção enquanto tal. O autor define mediação de informação como sendo: “[...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92). Dessa forma, fica claro que para haver apropriação é necessário que haja mediação.

Almeida Júnior (2018, p. 18) enfatiza que a apropriação inclui personagens que tradicionalmente não fazem parte das preocupações da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, pois interferem no processo, são eles:

[...] o produtor da informação, a produção do documento, o momento e ambiência em que a informação é produzida, os equipamentos informacionais, o discurso presente no armazenamento, os instrumentos e ferramentas escolhidas para organizar os documentos, o mediador, o ambiente, o momento, o entorno, os documentos, o usuário.

Tudo isso precisa ser considerado para que a mediação da informação seja consciente e efetiva. Perrotti e Pieruccini (2014, p. 4-5) ressaltam que nas bibliotecas “[...] temos ações de mediação envolvendo processos diferenciados como a constituição de acervos, sua gestão e disponibilização ao público, dentre outras de igual relevância e que se encontram no mesmo campo de ações.” Isso significa dizer que quando se elabora uma política de desenvolvimento de coleções e se forma um



acervo, decidindo o que fará ou não parte deste, já se está mediando a informação, de forma consciente ou inconsciente, assim como se está mediando quando se faz o processamento técnico do acervo, a organização física e temática, quando se define quem e sob quais circunstâncias terá acesso aos documentos, entre outras decisões e aplicações de técnicas.

Todo um processo de mediação que, como também reforçado por Almeida Júnior (2018), vai além da disseminação da informação, participando da construção de significados pelos sujeitos sociais. Gomes (2014) discute a mediação da informação da perspectiva do seu “objetivo implícito” de atuar no desenvolvimento do protagonismo social, o que exige essa consciência por parte do mediador, pois “A mediação da informação caracteriza-se como uma ação dependente do processo dialógico e do nível de conscientização do mediador quanto ao seu próprio papel protagonista.” (GOMES, 2014, p. 46). Paulo Freire (1981, p. 40), discutindo o processo de alfabetização de adultos, afirma que para ser um ato de conhecimento, o processo de alfabetização demanda uma relação de autêntico diálogo entre educadores e educandos, sendo que, “nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores”.

Gomes (2014, p. 50) reforça que “O encontro que se busca promover na ação mediadora entre aquele que necessita de informação e a informação pertinente é dependente do processo de comunicação, da adoção de linguagens e de dispositivos de comunicação [...]”, o que torna a mediação um processo que precisa ser consciente, ético e dialógico. Como sintetizam Perrotti e Pieruccini (2014, p. 4), “[...] não há informação ou comunicação sem mediação”. E a mediação está em todos os processos que envolvem a informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento da Biblioteconomia social juntamente com a perspectiva da descolonização do saber advoga para se pensar a prática profissional do(a) bibliotecário(a) por um viés de participação e protagonismo social, voltando-se para o povo, representado em diferentes grupos comunitários, e suas necessidades de



informação. Antes de mais nada, vale considerar que povo é esse e que informação é necessária e construída para, com e por ele.

Vale considerar que versão da história está sendo contada, isto é, mediada para a população, pois uma grande parte do povo brasileiro descende direta ou indiretamente de povos africanos, e grande parte dos acervos de bibliotecas é constituída por obras que contam a história do ponto de vista dos colonizadores e não dos africanos que vieram trazidos ao país, e mantidos aqui, de forma tão violenta. Além disso, cada grupo comunitário possui suas necessidades e suas construções informacionais, e a mediação dessa informação, desde a formação do acervo, precisa ser feita com base nessa consciência.

A mediação e a apropriação da informação são dois elementos essenciais para se pensar a formação de acervos, pois a mediação possibilita que a apropriação aconteça e sem apropriação não há produção de conhecimento, base fundamental para a liberdade e o protagonismo social. Mediar informação pressupõe uma atuação dialógica, em que a população passa a ser protagonista no seu processo informacional, muito mais do que usuários que precisam ser incluídos. A construção de conhecimento não é um processo apenas instrumental, mas sim de construção de significados individuais e coletivos, que passam pela emoção e pela identidade.

Por isso uma política de desenvolvimento de coleções é tão importante para que se conheça a realidade local e que se planeje um acervo de forma a apoiar a população e não a manipulá-la. E a perspectiva decolonial é essencial nesse contexto, de forma a se alcançar os objetivos da biblioteconomia social, crítica e progressista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@!**: Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, jul./dez. 2015.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.



ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Prefácio. *In*: SPUDEIT, Daniela; MORAES; Marielle de. **Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o século XXI**. São Paulo: Abecin, 2018.

ARAÚJO, Andre Vieira de Freitas *et al.* Decolonialidade e Ciência da Informação: veredas dialógicas. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5828, nov. 2021.

CIVALLERO, Edgardo. Aproximación a la bibliotecología progressista. El profesional de la información, v. 22, n. 2, p. 155-162, marzo/abr. 2013.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade: e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. Alfabetização de adultos e bibliotecas populares: uma introdução. *In*: FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. p. 15-21.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014.

MALLMANN S. P., Patrícia; FELIPE, Carla Beatriz Marques. Movimento da Biblioteconomia Social: uma análise da literatura em português, espanhol e inglês. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021. Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: IBICT, 2022.

MARÍN, José. Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal, no contexto da globalização. **Visão Global**, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 127-154, jul./dez. 2009.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 1-22, maio/ago. 2014.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Roosevelt Lins. Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 203-217, jul./dez. 2010



SILVA, Rubens Alves da; FLECHA, Luis Carlos Quintino Cabral. A mediação da Informação e o protagonismo de Mestres da Capoeira Angola como chave no processo de promoção do giro-decolonial. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5788, p. 1-25, nov. 2021.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Institucionalização da Biblioteconomia Progressista e Crítica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 432-457, jan/mar. 2022.

VERGUEIRO, Waldomiro. Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. **R. Bibliotecon.**, Brasília, DF, v. 16, n. 2, p. 207 -215, jul./dez. 1988.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989.